



## **Mídias sociais e sala de aula: o que dizem os jovens sobre o ensino de história.**

Laura Ferrari Montemezzo\*

**Resumo:** O trabalho tem como tema o universo juvenil, aliado às mídias enquanto ferramentas que podem contribuir para ensinar História na Educação Básica. A metodologia consistiu na construção, aplicação e análise de uma enquete com questionários abordando a temática “mídias e ensino de história”, aplicados em duas turmas de oitava série do Ensino Fundamental da rede estadual do estado do Rio Grande do Sul. Busca-se com o trabalho uma abordagem do tipo qualitativo, portanto tais dados são analisados em correlação com observações e entrecruzamentos. O trabalho tem como objetivo central refletir a respeito das mídias presentes no universo juvenil e como as mesmas podem incidir no ensino de História na educação básica, especialmente nas práticas de sala de aula. A escola passa por um importante período de transição histórica: novas leis, mudanças curriculares, reformas educacionais, etc. Todas essas modificações vêm acompanhadas de outras, menores, mais imperceptíveis, mas que trazem implicações importantes no cotidiano escolar. Repensar nossa prática em sala de aula se faz necessário nesse cenário de constante transformação, assim sendo creio ser importante que as mídias presentes no dia-a-dia dos nossos jovens sejam inseridas nas aulas, contribuindo para melhorar a qualidade do ensino.

**Palavras chave:** mídias sociais. Juventude. Ensino.

**Abstract:** The work has as its theme the universe youth, coupled with the media as tools that can help to teach History in Basic Education. The methodology consisted of the construction, application and analysis of a survey with questionnaires addressing the theme "media and history education", applied to two classes of eighth grade of elementary school from the state of Rio Grande do Sul with Search work a qualitative approach, so these data are analyzed in correlation with observations and crossovers. The work is mainly aimed to reflect on the media present in the universe of youth and how they may affect the teaching of History in basic education, especially in the practices of the classroom. The school is going through a major period of historical transition: new laws, curricular changes, educational reforms, etc.. All these changes are accompanied by other, smaller, more inconspicuous, but they bring

---

\* Professora da Rede Estadual do RS



important implications in everyday school life. Rethinking our practice in the classroom is necessary in this scenario of constant transformation, therefore I believe it is important that the media present in the day-to-day lives of our young people are placed in classes, helping to improve the quality of teaching.

**Keywords:** social media. Youth. Education.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A ideia de pesquisar o tema do universo juvenil, aliado às mídias enquanto ferramentas que podem contribuir para o ensino de História na Educação Básica, surgiu da minha prática em sala de aula. Leciono há pouco tempo, mas pude notar que as mídias sociais, principalmente as ligadas à internet (redes sociais, sites de reprodução de vídeos, games, programas de compartilhamento de fotos na web, etc), estão muito presentes no cotidiano dos meus alunos. Perguntava-me constantemente sobre como elas poderiam tornar-se parte da metodologia de ensino, uma vez que estavam inseridas na escola.

Desse questionamento surgiu a proposta metodológica do presente trabalho, que consistiu na construção, aplicação e análise de uma enquete com questionários abordando a temática “mídias sociais e ensino de História”, ministrados em duas turmas de 8ª série do Ensino Fundamental de uma escola da rede estadual do RS.

A iniciativa de trabalhar com aplicação de questionários se deu pelo meu interesse em não realizar apenas um trabalho bibliográfico e sim uma pesquisa em que eu pudesse inserir os alunos como sujeitos colaboradores. Sempre me interessou dar voz e importância para o que os estudantes teriam para me dizer, uma vez que creio que trabalhos de ensino têm uma relevância maior se lidam com a realidade escolar e trazem resultados importantes e passíveis de serem pensados para a sala de aula.

O planejamento se deu através da definição clara do objeto de estudo. O foco da pesquisa foram os jovens, na faixa etária dos 14, 15 anos, numa escola da rede estadual do Rio Grande do Sul. Por esse diagnóstico preliminar, e pela opção de público e espaço, já delimitada antes da pesquisa começar de fato, podemos afirmar que os pontos do problema da pesquisa ficam mais ou menos evidentes, sabendo alguns dos aspectos possíveis de enxergar na observação e aplicação dos questionários que foram pensados em conjunto com minha orientadora, Carla Beatriz Meinerz, para que pudéssemos ter mais clareza das questões que poderíamos inserir e assim obter bons dados para a análise. Foram elaboradas oito questões,



englobando tanto assuntos abrangentes, como os relacionados ao ensino de História na escola e sua obrigatoriedade, quanto questões específicas, como as relativas ao uso cotidiano das mídias sociais e suas conexões com as aprendizagens dentro e fora da sala de aula. Selecionamos duas turmas de oitava série por dois motivos centrais: o primeiro diz respeito a busca por sujeitos de pesquisa que não tivessem uma relação professor-aluno comigo, construindo um possível e necessário estranhamento na coleta dos dados. Acredito que o distanciamento do objeto - na medida em que evita a identificação com algum grupo em particular, - é importante para que a pesquisa possa gerar boas reflexões, uma vez que o envolvimento com o sujeito pesquisado pode trazer uma visão um tanto distorcida do fenômeno. Para LUDKE (1986), “há críticas no sentido de que o grande envolvimento do pesquisador [com o objeto] leve a uma visão distorcida do fenômeno ou a uma representação parcial da realidade”(LUDKE, 1986, p. 27). O segundo motivo de opção pelas oitavas séries foi o fato de que os estudantes estavam numa fase de encerramento de um nível de ensino. Assim sendo, foram entregues questionários para que cada um dos alunos respondesse em aula.

A partir das respostas dadas pude vislumbrar alguns questionamentos meus e aliar as respostas dos alunos com a bibliografia sobre o tema, criando categorias de análise. Na primeira parte do artigo são abordados os temas referentes à escola, enquanto instituição construída historicamente e, portanto, passível de modificações ao longo do tempo.

Na segunda parte, a abordagem se refere às juventudes e as mídias presentes no cotidiano desses grupos juvenis. Como essas ferramentas são importantes para os jovens, e como podemos utilizá-las em sala de aula para qualificar nossa metodologia.

Na terceira parte são abordadas as questões feitas aos alunos e como elas se relacionam com a bibliografia trabalhada, a fim de podermos pensar categorias de análise com a contribuição dos estudantes sobre o tema.

## **A ESCOLARIZAÇÃO OBRIGATÓRIA E SEUS REFLEXOS**

Muitas das realidades presentes em nossas vidas julgamos que perpetuamente foram assim, desde sempre. A História tem como possibilidade a função de nos mostrar que a maioria delas passou por transformações ao longo do tempo e que as estruturas que conhecemos hoje, nem sempre foram assim: a escola se enquadra nessas instituições que não são “naturais”, por mais que pareçam. Sacristán (2001) afirma que



A educação promovida nas instituições escolares faz parte dessas realidades sociais quase naturais que constituem nossas vidas e que se esvaem em nossa consciência. Ingressar, estar, permanecer por um tempo nas escolas – em qualquer tipo de instituição escolar – é uma experiência tão natural e cotidiana que nem sequer tornamos consciência da razão de ser de sua existência [...] (SACRÍSTAN, 2001, p.11).

Entendemos a escolarização como algo definitivo, quando na realidade ela se enquadra numa criação histórica, que traz consigo uma carga de simbolismos muito mais significativos do que conseguimos imaginar. A escola “é um mito ligado à crença na existência do progresso, que chegamos a considerar formador de uma vida melhor, de mais qualidade nas sociedades avançadas, que deveria ser oferecido a todos pelo Estado de bem-estar” (SACRÍSTAN, 2001, P. 12). A escola pensada da maneira como conhecemos pertence a um conjunto de realidades criadas por determinadas sociedades, como a nossa, para atender demandas de circunstâncias típicas. A partir do momento em que encaramos a escolarização como uma construção social, que teve seus alicerces montados numa época estabelecida, a qual tinha objetivos e necessidades a serem cumpridas, podemos assim, rever essa instituição ao longo dos anos, como um fenômeno que não está isolado do contexto em que foi construído e, portanto, deve ser revisto constantemente, acompanhando as mudanças culturais das sociedades em que está inserido.

A escolarização foi pensada como um mecanismo para que os indivíduos pudessem ascender na sociedade em que vivem. Famílias que foram educadas terão filhos com mais educação e estes darão mais incentivos para seus filhos estudarem. A escola, portanto é vista como um “capital que se multiplica por si mesmo” (SACRÍSTAN, 2001, p. 12).

Com o passar dos anos, a escolaridade passou a ser obrigatória e essa modificação trouxe importantes consequências para o cotidiano da escola e dos professores. Em primeiro lugar, como bem afirma Sacrístan, ela caracterizou os seres humanos que a frequentam, como uma classe nova: a de alunos em fase de infância e adolescência. O indivíduo, portanto, se reconhece enquanto aluno numa determinada fase da vida, tanto se reconhece como também é reconhecido pela sociedade. Crianças e adolescentes em uma determinada faixa etária devem estar na escola, deste modo, os que não estão, saem de um padrão historicamente construído, mas que por vezes se apresenta como “naturalizado”. Esse é o caso, por exemplo, de muitos



problemas e entraves enfrentados nas escolas de periferia, com estudantes que não se “enquadram” no padrão construído de aluno ou com questões de pais que não auxiliam os estudantes na trajetória escolar por não terem tido oportunidade de estudar e, por conseguinte, não valorizarem o estudo. A maneira como adultos agem com as crianças varia ao longo do tempo. Essas atitudes mesclam um tratamento mimado e uma imposição, segundo afirma Sacrístan. Essa ambivalência é transferida para a pedagogia e por consequência, para a escolarização que vai ter como atitude usual, a mescla de um “espaço para a proteção e o cuidado, ao mesmo tempo em um espaço regulado por normas a serem cumpridas” (SACRÍSTAN, 2001, p. 40).

É nessa concepção de escola, como algo criado num determinado período histórico e que deve ser revisto constantemente, a escolarização hoje em dia deve ser pensada sobre outras óticas. Quando a escola foi criada, seu argumento funcional mais forte, durante o século XX era de ser uma educação para a vida. Hoje em dia, entretanto, com a escolarização obrigatória, percebemos que esse pensamento não atende mais as demandas escolares. As escolas públicas recebem todos os anos uma quantidade de alunos cada vez mais heterogênea, em suas múltiplas características: origem social, familiar, etc. A escola deve pensar nesses alunos e repensar suas práticas e seus objetivos. Ela está aqui para educar para a vida? Ou é apenas uma etapa de aprendizagem que se dá ao longo de toda a vida? É garantia de um sucesso profissional, ou para se chegar a ele existem outros caminhos? Essas questões que devem ser pensadas quando analisamos esse ambiente físico, rico e diverso que é a escola atualmente. Assim, a instituição escolar seria resultado de um confronto de interesses: de um lado, uma organização oficial do sistema escolar, que define conteúdos, atribui funções, organiza, separa e hierarquiza o espaço, a fim de diferenciar trabalhos, definindo as relações sociais dos sujeitos – alunos, professores, funcionários, fazendo da escola um processo e espaço permanente de construção social.

Aprender a escola como construção social implica, assim, compreendê-la no seu cotidiano, onde os sujeitos não são apenas agentes passivos diante da estrutura. Ao contrário, trata-se de uma relação em contínua construção de conflitos e negociações em função de circunstâncias determinadas (DAYRELL, 1996, p. 2).

Pensar nos anseios dos nossos alunos, por exemplo, no que diz respeito às metodologias em sala de aula, como o uso das mídias, é pensar o papel da escola, dos alunos e do ensino numa sociedade como a nossa, que tem essas ferramentas como algo tão presente



na vida cotidiana. “A antropologia da aprendizagem humana considera o homem um ser inconcluso e sempre aberto, cuja plasticidade depende de circunstâncias sociais e históricas” (SACRÍSTAN, 2001, p. 42). Se refletirmos sobre isso podemos argumentar que talvez os personagens que se acham menos inconclusos e abertos numa escola são os professores, na realidade, esses deveriam ser os mais abertos a novas aprendizagens. Repensar a nossa prática escolar, bem como a instituição em que estamos inseridos é algo primordial para nossa profissão. Não podemos ter o pensamento de que a escola e a escolarização são “naturais”, pois corremos o risco de não aproveitarmos as mudanças sociais para nos repensarmos enquanto profissionais. Para Dayrell,

a escola é vista como uma instituição única, com os mesmos sentidos e objetivos, tendo como função garantir a todos o acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente acumulados pela sociedade. Tais conhecimentos são reduzidos a produtos, resultados e conclusões, sem se levar em conta o valor determinante dos processos. Materializado nos programas e livros didáticos, o conhecimento escolar se torna objeto, coisa a ser transmitida. Ensinar se torna transmitir esse conhecimento acumulado e aprender se torna assimilá-lo. Como a ênfase é centrada nos resultados da aprendizagem, o que é valorizado são as provas e as notas e a finalidade da escola se reduz ao “passar de ano”. Nessa lógica, não faz sentido estabelecer relações entre o vivenciado pelos alunos e o conhecimento escolar, entre o escolar e o extraescolar, justificando-se a desarticulação existente entre conhecimento escolar e a vida dos alunos (DAYRELL, 1996, p. 4).

No período ilustrado, quando a escola como instituição surgiu, tinham-se objetivos bem traçados para sua função: ela era a detentora de um saber e um conhecimento que ninguém mais poderia fornecer nesse contexto. A história se torna disciplina obrigatória nas escolas do Brasil em 1838, em meio ao pensamento liberal Francês, juntamente com a criação do colégio Pedro II. A História passa a ser então disciplina obrigatória a ser ministrada a partir da sexta série. Daí em diante, essa disciplina vai sofrer inúmeras transformações, porém, durante muitos anos ela estará a serviço da legitimação da história nacional, dos grandes personagens e de seus feitos, devendo contemplar o estudo dos atos de brasileiros ilustres e suas biografias; incentivar a realização de festas comemorativas às datas nacionais; promover visitas a museus e monumentos nacionais e ensinar cantos patrióticos (CAIMI, 2001, p. 31). A educação cumpria a função de um instrumento a serviço do Estado, contudo, sua função foi se modificando, em parte porque a sociedade em que ela esta inserida também sofreu modificações. A escola “ultrapassou a estrita função ilustradora relacionada à difusão do conhecimento e à fundamentação da racionalidade dos seres humanos” (SACRÍSTAN,



2001, p. 51). A forma como a escola se organiza também demonstra um certo descompasso: ela parece se organizar para si mesma, como se a instituição em si tivesse algum sentido, como se pudesse se organizar sem os alunos, que são justamente a sua razão de existir.

Na ausência de outros mecanismos culturais de aprendizagem, a escola teve um “monopólio para mostrar representações do mundo que sem ela não teriam sido acessíveis à maioria dos indivíduos.” (SACRÍSTAN, 2001, p. 52) O que ocorre atualmente é que existem outros mecanismos de aprendizagem que hoje em dia competem com a escola. Ela não é mais (e talvez nunca tenha sido) o único espaço de aprendizagem. A escola poderia ter sido responsável, por um tipo de aprendizagem, e cada vez mais se nota que essa forma de aprender não é a única. Se a escola não é o único espaço para aprendizagem e sofreu modificações ao longo dos anos, o público que frequenta esse espaço também se modificou, portanto, não podemos entender e enxergar os estudantes como víamos há trinta anos. Devemos perceber os jovens como sujeitos sócio-culturais.

Essa outra perspectiva implica em superar a visão homogeneizante e estereotipada da noção de aluno, dando-lhe um outro significado. Trata-se de compreendê-lo na sua diferença, enquanto indivíduo que possuiu uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios (DAYRELL, 1996, p. 5).

Cada aluno é fruto de um conjunto de experiências sociais vivenciadas nos mais diferentes espaços sociais. Assim, para compreendamos os estudantes devemos levar em consideração sua experiência de vida. Pode parecer uma constatação óbvia, mas pouco considerada no cotidiano, os alunos têm história antes de entrar na escola, têm vivência, valores, opiniões... E isso parece não ser levado em consideração pelos profissionais que atuam diretamente com os jovens

Nossos alunos têm acesso a uma quantidade imensa de ferramentas de aprendizagem e grande parte delas está fora da escola, nesse sentido que se nós, professores, continuarmos acreditando que não devemos potencializa-las na sala de aula, teremos uma escola que enfrenta e vê os outros mecanismos de aprendizagem como concorrentes, ao invés de enxergá-los como aliados. Não podemos mais negar que blogs, internet, redes sociais e games podem nos auxiliar na construção do conhecimento junto com nossos alunos e dentro da sala de aula. Ignorá-los é quase como desconsiderar um conhecimento que está ao alcance dos alunos, mas que não é visto como um válido para a aprendizagem.



O cinema preencheu os espaços de lazer, contribuindo para expansão de formas de ver a realidade, de expressar emoções e sentimentos, de aproximar visualmente o que nossos olhos não podiam perceber por si próprios; o rádio e a TV faziam o mesmo. A indústria discográfica fez mais pela difusão da cultura musical que todas as escolas ao longo de sua história. As novas tecnologias, que combinam as da comunicação à distância com os computadores, possibilitam contatos impressionantemente variados, o acesso a dados localizados remotamente, as imagens sem fim, à livrarias virtuais, à museus, etc. (SACRÍSTAN, 2001, p. 53).

Experimentamos dentro e fora da escola alterações nos modos de viver, agir e pensar. Atualmente as instituições de ensino não ocupam mais um lugar de centralização da cultura e de divulgação do saber, como ocupavam séculos atrás.

## **JUVENTUDES E MÍDIAS SOCIAIS**

Muito se fala a respeito de como a escola não consegue acompanhar as mudanças do mundo atual, e de como para nos tornarmos profissionais mais eficientes, nós professores devemos nos informatizar e tornar nossas aulas mais “tecnológicas”. Os governos também insistem que a escola da forma como está organizada não pode permanecer e, assistimos ao longo dos últimos anos, uma enxurrada de reformas e reestruturações nos níveis de ensino. No Ensino Fundamental estamos passando pela transição das oito séries para os nove anos. Sendo que a idade mínima para o ingresso na escola pública está ficando cada vez mais prematura, meses atrás foi divulgada uma reportagem que orienta os pais de todas as acrianças a partir dos quatro anos de idade a matricularem seus filhos nas escolas da rede pública<sup>1</sup>. No Ensino Médio as reformas estão na ordem do dia, já que durante muitos anos a preocupação dos governos foi o Ensino Fundamental, atualmente, com a maioria das crianças matriculadas nessa etapa de ensino,<sup>2</sup> as atenções são voltadas para o Ensino Médio e a tal tarefa de redescobrir seu sentido de existência, sua funcionalidade, quase como uma pergunta para os mistérios do universo. Deste modo, juventudes, adolescência, ensino e seu sentido estão tomando as atenções de políticos, professores e intelectuais. Juntamente com a temática do Ensino Médio, existe a discussão sobre o seu público, ou seja, os jovens. Alguns autores afirmam que juventude é um período de vida, uma condição pela qual todo ser humano passa.

<sup>1</sup> Fonte: <http://educacao.uol.com.br/noticias/2013/04/05/lei-regulamenta-obrigatoriedade-de-matricula-na-rede-escolar-a-partir-dos-4-anos.htm>

<sup>2</sup> Não cabe aqui discutirmos em que condições essas crianças estão matriculadas na escola.





E não é uma condição única, ou seja, existem juventudes, isso quer dizer que muitos são os grupos e as identidades juvenis que nos são apresentadas. A juventude então é abordada

a partir da noção de *condição juvenil*. Esse conceito diz respeito ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo da vida, no contexto de uma dimensão histórico-geracional, mas também à sua situação, ou seja, o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia, etc (DAYRELL, 2010, p. 239).

Portanto, não considerar o jovem como interlocutor válido, capaz de emitir opiniões e interferir nas propostas que lhe dizem respeito, desestimulando a sua participação e o seu protagonismo, pode ser prejudicial para a aprendizagem e para a relação escolar.

Boa parte dos professores tende a ver os alunos sob um conjunto de estereótipos socialmente construídos, e assim corre o risco de analisá-los negativamente. Escolas e professores que pretendem estabelecer um diálogo com seus jovens devem rever esse processo, buscando ‘conhecer os jovens com os quais atuam, dentro e fora da escola, descobrindo como eles constroem um determinado modo de ser jovem’ (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 16)

A condição juvenil no Brasil manifesta-se nas mais variadas formas e aspectos e é utópico pensar que a escola pode resolver todos esses problemas e anseios dos jovens que chegam à escola. Na realidade, ao invés de ter um discurso homogeneizante, a escola deveria ter sim um discurso baseado nas diferenças além claro, de uma estrutura e organização que respeitasse essas diferenças.

A respeito do público e espaço de pesquisa podemos dizer que esses jovens não são, na maioria, moradores de bairros de periferia. O Instituto de Educação General Flores da Cunha está localizado na área central de Porto Alegre, sendo uma instituição que recebe jovens de vários locais da cidade, não tendo o que costumamos chamar de “zoneamento”. A escola foi criada como Escola Normal da Província em 5 de março de 1869, objetivando a formação de um quadro docente para o ensino primário. Nas reformas estruturais na educação decretadas por Júlio de Castilhos em 1897, a Escola Normal foi transformada em 1901 em Colégio Distrital de Porto Alegre, e em 1906 outro decreto a tornava Escola Complementar. Em 1930 foi determinada a construção de uma sede nova na sua localização atual, na Avenida Osvaldo Aranha. O prédio foi tombado pelo município em 1997 e pelo IPHAE em 2006. A escola hoje abriga mais de 2 mil alunos, distribuídos em três turnos e



em cinco níveis e duas modalidades de ensino. Alunos de bairros de classe média e de periferia convivem na mesma sala de aula, assim sendo o público frequentador da escola é bem heterogêneo do ponto de vista social e cultural. O alunado do turno da manhã é caracterizado, pelos próprios professores da escola, como o de melhor qualidade. Sendo que o turno da tarde e da noite são considerados inferiores. Por estar localizada ao lado de um campus de uma considerável universidade e ser conhecida como uma importante escola da cidade, os alunos pensam em fazer vestibular ou seguir seus estudos no nível superior de uma maneira geral.

Os estudantes dessa escola são o que podemos qualificar como jovens comuns, que pensam no seu futuro, mas que tem anseios e vontades bem características da faixa etária em que se encontram: querem ir a festas, comprar, namorar, etc. “Angustiados com a falta de tempo, mas deliciados com a instantaneidade e a rapidez da comunicação” (FISCHER, 2008, p. 675). Os jovens têm uma necessidade do presentismo, de que os acontecimentos ocorram agora e de forma muito rápida.

As tecnologias digitais, o uso de aparelho como mp3, telefones celulares e, especialmente a comunicação via sites de relacionamento fazem-nos ocupar excessivamente o tempo, na mesma medida em que essas práticas são desejadas (especialmente pelo prazer da instantaneidade) e relacionadas com um “nada a fazer”. (FISCHER, 2008, p. 679)

Devemos compreender esses jovens que chegam à escola como sujeitos sócio-culturais. Essa outra perspectiva implica em superar a visão homogeneizante e estereotipada da noção de aluno. “Trata-se de compreendê-lo na sua diferença, enquanto individuo que possui uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, com lógicas de comportamento e hábitos que lhes são próprios” (DAYRELL, 1996, p. 5), e não apenas como sujeitos amorfos, prontos apenas para receber o conhecimento passado pelos professores. Nossa relação na escola é muito mais de troca de conhecimento do que de transmissão dele. Encontramos entre nossos estudantes uma considerável parcela que tem preocupações sociais bem latentes, por exemplo, a reorganização de um Grêmio Estudantil para a escola. Ainda, mesmo que de forma incipiente, os jovens começam a se organizar em torno das questões políticas e sociais presentes na instituição escolar. Em oposição ao que observo na escola em que leciono, muito se diz que os jovens estão desinteressados, que não valorizam a escola, entretanto, usar esse tipo de argumentação torna-se muito superficial, uma vez que coloca-se toda a culpa de um sistema



educacional que está no caminho da falência para os estudantes e sua eterna falta de vontade, tão característica, segundo alguns, dessa fase pela qual eles estão passando, a juventude. A escola, de maneira geral, não prioriza a participação dos jovens no processo educativo. “Uma resposta fácil para esses dados é atribuir o problema aos alunos, considerando-os desinteressados ou apáticos. No entanto, quando a escola oferece atividades diferenciadas, os alunos e as alunas tendem a ao envolvimento”. (DAYRELL, 1999, p. 250) É o caso que observo quando vejo os estudantes dessa escola se movimentando em direção da organização do Grêmio de estudantes. E a pesquisa realizada, em parte veio reforçar essa concepção de que os alunos precisam de estímulos externos na aprendizagem e na vivência escolar.

Passamos por um momento que as tecnologias não podem mais ser ignoradas ou apenas tidas como ferramentas de diversão. Novas modificações ocorrem a respeito da internet, num cenário que nos últimos anos incorporou mais velocidade, mais usuários e mais produção do conhecimento. Nisso a escola fica onde? Como ela se comporta no meio de todas essas modificações? Ignora ou incorpora? Nossos alunos são indivíduos que convivem, “desde a infância, com a televisão, e que não consegue imaginar o mundo sem TV, sem computador, sem internet, sem chats, sem sites, sem celulares, etc.” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 33)

A internet não pode ser vista apenas como um local de troca, de busca de informações de encontros de lazer, mas também como um local de produção do conhecimento, ela deve “ser compreendida como um artefato cultural para que possa ser incorporada definitivamente pelos processos de escolarização pelos quais os mesmos jovens, que passam horas teclando prazerosamente, possam também, passar horas lendo e produzindo com o mesmo prazer”. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009, p. 36)

## **O QUE PENSAM OS JOVENS SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA**

Quando realizamos uma pesquisa em educação é necessário também que se leve em conta o contexto do espaço e do público com que se está trabalhando, já que a finalidade do estudo de caso é retratar uma unidade de ação (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p. 22) O estudo de caso tem um grande potencial para conhecer e compreender melhor os problemas da escola, assim como para pensar esses problemas e propor soluções ou reflexões sobre o cotidiano escolar.



Ao analisar os questionários preenchidos pelos estudantes das turmas de oitava série, pude notar alguns pontos importantes: a noção do porquê estudamos História na escola está bastante ligada à concepção usual, ligada a uma tradição positivista de pensamento que enxergava a disciplina como uma ferramenta para legitimar as nações e os seus grandes feitos. Durante muito tempo a História foi uma ciência voltada para a construção da nação brasileira, se buscava uma disciplina que legitimasse a política e a ideologia vigente, que validasse os grandes personagens, ligados aos feitos políticos e econômicos no nosso país. “um dos mecanismos adotados para o fortalecimento do Estado-Nação, sobretudo nos períodos autoritários, foi a imposição de políticas educacionais determinadas a forjar a sociedade segundo interesses explícitos de manutenção de uma única memória: a oficial” (CAIMI, 2001, p. 17). Quando perguntados sobre o porquê de estudarmos História na escola, a maioria dos alunos questionados disse que estudar História serve para aprender os fatos importantes do nosso passado, ou serve para estudar o passado e assim compreender o presente. Concepção de história pautada na noção de progresso, de que estudando o passado, podemos mudar o presente, de forma linear. Ao contrário, a História é o estudo das ações humanas no passado, sua utilidade é para refletirmos sobre nossa realidade, todavia acreditar que possamos mudá-la apenas estudando e conhecendo o passado é relegar uma carga exagerada à disciplina que ela não tem. Devemos estudar história não pela erudição e sim para conhecer e analisar as diferentes realidades vividas pelas sociedades humanas ao longo de sua historicidade (CAIMI, 2001, p. 138). Durante um longo período, o ensino de História nas escolas esteve pautado nos objetivos de um patriotismo, da identidade nacional, sendo utilizado para a legitimação das nações. A “História consistia em um repositório de biografias de homens ilustres, de datas e de batalhas” (CAIMI, 2001, p. 29). A partir da década de 1980 novos debates em torno do ensino de História ocorrem, revelando uma forte disposição para o redimensionamento das teorias, métodos, conteúdos e linguagens de ensino da disciplina (CAIMI, 2001, p. 43).

Na pergunta que questionou os estudantes de que se a escola e a disciplina de História não fossem obrigatórias, eles participariam, houve um predomínio de respostas que apontaram para o gosto pela História e pelo reconhecimento da importância dessa disciplina na escola o que pode ser um indicativo de pré-disposição às atividades ligadas à disciplina. Indo de encontro do que alguns trabalhos assinalam que os alunos geralmente não têm pré-disposição para atividades escolares, que existe uma falta de vontade, quase que inerente ao ser jovem, como muitas pessoas acreditam. Não apenas com base nessas respostas, mas também com a minha prática em sala de aula, pude observar, e posso afirmar que os jovens



estão muito mais dispostos às atividades e aprendizados do que podemos imaginar. Continuar insistindo que ser desinteressado pela escola é uma condição intrínseca ao estar jovem é restringir a participação e o protagonismo dessa juventude à quase zero, quando eles mesmos nos mostram, no cotidiano, que tem muito interesse nas disciplinas escolares, basta pensar adequadamente as metodologias a serem usadas e também, contar com a participação dos alunos para pensar essas metodologias.

Quando perguntados sobre como os alunos aprendem melhor os conteúdos de História, a maioria respondeu que aprende “lendo, escrevendo e ouvindo explicações”. Essas afirmações vão ao encontro de uma lógica escolar que tem como ponto principal o ensino baseado na leitura e na escrita, com o “predomínio da memorização e da repetição oral e/ou escrita dos conteúdos, com certa inspiração pedagógica no ensino jesuítico, baseado no modelo dos catecismos, com perguntas e respostas” (CAIMI, 2001, p. 29). Nesse período e infelizmente ainda hoje, em algumas escolas, o conhecimento é avaliado pela quantidade de acúmulo de conteúdos que o aluno consegue ter.

Apesar de ligar a aprendizagem a algo mais pragmático, como ler e escrever, os alunos relatam que aprendem história, fora da escola, com a internet, livros e filmes, em sua maioria.

Existe um estranhamento tanto por parte da escola quanto por parte dos jovens, gerando uma postura de distanciamento e desinteresse mútuos, que pode ser um dos responsáveis pelo fracasso da instituição escolar [...]. Nesse sentido, é fundamental que a escola e seus profissionais conheçam a realidade do público que a frequenta, seus dilemas e expectativas, e, principalmente, o peso que atribuem à instituição no processo de construção social de cada um (DAYRELL, 1996, p. 23).

Entendo, através dessas respostas, que o ensino formal está preso às metodologias positivistas, que baseiam a aprendizagem apenas na leitura e na escrita, enquanto o que eles aprendem fora da escola se dá por meios informais, já que as informações e aprendizados compartilhados em outros espaços parecem não soar como aprendizado de fato. “Nesse sentido, ver TV, comunicar-se pela internet, jogar no computador, tudo isso é percebido como ‘não fazer nada’” (FISCHER, 2008, p. 679).

Existe uma dificuldade, tanto por parte dos alunos, como por parte dos professores, em somar o conhecimento fora da escola com o conhecimento de dentro da escola, como se os dois não pudessem se complementar, ao contrário, se tem a ideia de que eles são antagônicos. Parece-me que aliar aspectos do cotidiano dos jovens à sala de aula é algo não pensado pelos estudantes. Quando questionados sobre o que do universo jovem poderia contribuir para as



aulas, as respostas foram em grande parte semelhantes com as metodologias já aplicadas pelos professores. Portanto, nós professores devemos estar atentos para as transformações de nossos alunos e também da sociedade que nos rodeia, para que possamos inserir novas metodologias e assim transformar um pouco nossas aulas.

Aqui cabe um parêntese: em momento nenhum creio que as mídias, tais como filmes, músicas, vídeos da internet, recursos de redes sociais, etc. devem substituir a prática docente. Uma boa aula ocorre com ou sem o uso dessas mídias e sua utilização não garante a aprendizagem qualificada de nenhum aluno. Mas também não acredito que não usá-las seja uma opção viável num mundo onde nossos jovens e até alguns de nós passamos muito tempo do dia “conectados” nesses mecanismos. Atualmente, as crianças aprendem na escola e ao mesmo tempo nas mídias. Pode-se acessar internet de um celular, ler livros por ebooks; cds e filmes são comprados por vontade e não por necessidade, já que a possibilidade de baixar músicas, filmes e vídeos é quase que ilimitada. Para a minha geração, que entrou em contato com isso no meio da adolescência, ainda temos alguma resistência com certos aspectos dessa nova prática, todavia, nossos alunos do fim do Ensino Fundamental de do Ensino Médio cresceram com isso no seu dia-a-dia. Se resolvermos ignorar essa prática, estaremos cometendo um grande erro.

Os estudantes não constroem seus saberes em relação ao conhecimento histórico somente com o adquirido nas aulas de história da escola, mas também por intermédio das variadas redes sociais que podem incluir família, o grupo de iguais, grupos culturais, políticos, religiosos e igualmente através das mídias e das novas tecnologias de informação (MEINERZ, s/d, p. 5).

Quando questionados sobre em que outros espaços e materiais os jovens aprendem História, alguns estudantes responderam que aprendem história fora da escola com seus parentes mais velhos, como avós, pais, etc e que aprendem lendo livros, jogando games que sejam ambientados em períodos históricos, etc. Não se pode negligenciar essas outras aprendizagens, e manter o discurso de que só a escola é detentora do saber, como se costumava acreditar há dois séculos atrás, a escola detém um saber, não o saber. E enquanto não nos conscientizarmos dessa afirmação, continuaremos enxergando os outros espaços de aprendizagem como inferiores ou desnecessários. Existe uma desarticulação entre o que se aprende na escola e o que se aprende fora dela. E quase nunca se considera família, igrejas, bairro, trabalho como espaços e campos educativos.

“Os jovens são “bombardeados” constantemente pela indústria cultural, com elementos da cultura americana: roupas, gírias, atividades de lazer, etc. não seria o caso de estabelecer



relações entre essas duas realidades? De analisar essas relações, a partir do que os próprios alunos já sabem sobre aquele país?” (DAYRELL, 1999, p. 22)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciei minha pesquisa, pensava que o trabalho com a aplicação de questionários iria me trazer respostas inovadoras, principalmente com sugestões dos alunos que eu nunca havia pensado, já que eles têm muito mais familiaridade com as mídias do que eu. Entretanto, quando iniciei minha análise, fui percebendo, aos poucos, que as ideias dos alunos eram tão ou mais triviais que as que eu já tinha e utilizava em sala de aula. Logo no início fiquei um pouco surpresa, como assim, alunos inteligentes, ligados às modificações midiáticas, me sugerem como incremento das aulas de História mecanismos que eu já uso? Com o passar da análise, pude notar que o protagonismo nessas modificações em sala de aula pouco tem a ver com a iniciativa dos jovens.

A maioria das respostas observadas citou filmes, vídeos e internet, porém de forma vaga. Digo isso porque não consegui visualizar uma iniciativa dos alunos em conjugar os dois mundos, o da aprendizagem escolar e o da aprendizagem fora da escola. Contudo, cheguei à conclusão de que os alunos apenas se apropriam do que lhe é dado em sala de aula e têm dificuldade de pensar em estratégias inovadoras, cabendo a nós professores, essa tarefa. Se acreditarem ainda que a única forma de aprender história seja lendo textos do livro didático e respondendo perguntas (que muitas vezes exigem apenas respostas prontas, como numa fôrma) isso se deve ao tipo de aula experimentada por eles. Nossos alunos são reflexos da nossa metodologia, e claro de anos de tradição de uma escola construída com base na dinâmica da memorização, na decoreba, da glorificação aos grandes líderes e às grandes nações. Acredito que isso não deva ser iniciativa dos estudantes, ao contrário, deve partir do professor dialogar com os alunos sobre a importância dessas metodologias para a aprendizagem.

Partindo dessas considerações é que creio ser importante potencializar as mídias presentes no universo jovem e na sala de aula para que elas contribuam no ensino de História, elas não precisam estar em todas as aulas, mas devem ser um recurso considerado em vários momentos do ano letivo. Penso que aliar um aspecto tão importante para os nossos alunos, como os recursos midiáticos, às aulas de história, enriquece e instiga o debate. Trazer ferramentas que nossos alunos conhecem fora da escola, permite que eles mesmos falem e



argumentem sobre coisas que conhecem bem, que dominam. Sabemos bem que ninguém gosta de debater um assunto do qual não domina, portanto, por exemplo, utilizar literatura infanto-juvenil para ensinar é uma ótima iniciativa. Nossos alunos lêem bastante, pelo menos lêem mais do que costumamos imaginar. Suas leituras fazem parte de uma gama de livros que tem como pano de fundo fatos históricos: Mitologia Grega, Idade Média, Mitologia Nórdica, Egípcia, etc. Por que não trazer esses livros, devorados pelos alunos, para nossas aulas? Cabe ao professor filtrar essas obras e delas tirar o que lhe for útil para a aprendizagem.

Outro exemplo são os jogos de vídeo game, também ambientados na Grécia antiga, ou em períodos medievais. Esses recursos, consumidos em larga escala pelos jovens, podem nos ser um ponto de partida para uma discussão e um debate riquíssimo sobre o assunto. Porque temos que nos prender aos manuais didáticos, aos textos técnicos como se eles fossem a única verdade sobre o que ensinamos? Quem sabe, abrimos nossa mente e invertemos o processo, dialogamos com o universo jovem para ensinar história. Buscamos o interesse (às vezes tão perdido e abalado em nossos alunos) através do universo deles, pelo que interessa jovens fora da escola e que em muitas vezes está permeado de história por todos os lados.

Alunos e professores não se dão conta do material rico que se tem nas mãos para o ensino: alunos por não terem a capacidade de aliar seu cotidiano às práticas de sala de aula, uma vez que estão presos na dinâmica escolar tradicional e não vêem suas diversões como mecanismos de aprendizagem, pelo menos não da aprendizagem formal, escolar. Professores porque também estão presos à lógica escolar tradicional e não abrem seus universos para o que chama a atenção dos seus alunos. Ao contrário, ficam tentando insistir que a aula expositivo-dialogada, maçante, é a que dá certo, talvez por nunca terem tentado uma metodologia diferente.

Portanto, acredito que se aliarmos os aprendizados de fora da escola, principalmente os constituídos na relação com as mídias sociais podemos rever nossa metodologia em sala de aula e partir do universo jovem para ensinar História. Quanto mais mantermos a concepção de escola como sendo o único centro do saber, ou de um saber legítimo, enquanto enxergamos nossos jovens como desinteressados, alienados, homogêneos, como uma massa amorfa, que deve ser moldada pela escola, estaremos caminhando, a passos largos, para o já anunciado fracasso da escola.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEVORT, Evelyne e BELLONI, Maria Luiza. Mídia-Educação: conceitos, História e perspectivas. In: **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 30, n. 109, set/dez 2009.
- CAIMI, Flavia Eloísa. **Conversas e controvérsias: o ensino de história no Brasil (1980-1998)**. Passo Fundo. Editora da UPF, 2001
- DAYRELL, Juarez Tarcisio. Escola e participação juvenil: é possível esse diálogo? In: **Educar em Revista**, Curitiba, Editora UFRP, n. 38, set/dez 2010.
- DAYRELL, Juarez Tarcisio. Juventude, grupos de estilo e identidade. In: **Educação em revista**. Belo Horizonte. Nº 30 dez/1999.
- DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia, juventude e memória cultural. In: **Educação e Sociedade**. Vol. 29, nº 104. 2008.
- LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU. 1986.
- MEINERZ, Carla Beatriz. **Adolescentes no Pátio: outra maneira de viver a escola**. Porto Alegre: UniRitter, 2009.
- MEINERZ, Carla Beatriz. **Ensino de História: lã, cetim, veludo**. Artigo sem referência.
- MEINERZ, Carla Beatriz. **História viva: a história que cada aluno constrói**. Porto Alegre: Mediação, 2001.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.
- Ministério da Educação. **Salto para o futuro**. Juventude e escolarização: os sentidos do Ensino Médio. Ano XIX boletim 18/nov 2009.
- SACRSITÁN. Jose Gimeno. **A Educação Obrigatória: seu sentido educativo e social**. Porto Alegre: ARTMED Editora Ltda, 2001.

*Recebido em Julho de 2013*  
*Aprovado em Agosto de 2013*